

EDITAL DE CREDENCIAMENTO SESC EM MINAS Nº 0006/2025
PROCESSO Nº 002001-03670

A COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO/SESC – Departamento Regional Minas Gerais, comunica aos interessados que realizará **CREDENCIAMENTO**, regido pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, consolidado pela Resolução do Conselho Nacional do Sesc de n.º 1.593/2024, conforme especificações contidas nesse Edital e Anexos.

DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. Objeto: Credenciamento de serviços de administração, gerenciamento, emissão, distribuição, fornecimento e gerenciamento de cartões eletrônicos e/ou magnéticos nas modalidades alimentação e refeição com aceitação nacional para atender a todos os empregados do Sesc em Minas.

1.2. Critério de Seleção: Critério de Terceiros

1.3. Processo de referência: 002001-03670

1.4. Horário, data e local da entrega dos documentos: A partir do dia **18/12/2025** os documentos deverão ser entregues a Comissão de Credenciamento, de forma online através do e-mail: comissaodecredenciamento@sescmg.com.br.

1.5. Prazo de vigência do Credenciamento: A vigência do presente credenciamento iniciará da data da publicação, e continuará vigente até o advento de novo credenciamento que altere as condições aqui estabelecidas ou o seu cancelamento.

1.6. Todos os documentos e informações referentes a este credenciamento serão disponibilizados no *site* www.sescmg.com.br.

1.7. Prazo para participação da votação: As empresas devidamente credenciadas até o dia **16/01/2026** estarão aptas a participar da primeira votação. Após a primeira votação ficará aberto para envio de documentos, assim podendo mais empresas se credenciar. Bialmente, antes da votação, será publicado um aviso, para fixar uma data limite para credenciar e participar da votação vigente.

2. ANEXOS

- **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**
- **ANEXO II – MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**
- **ANEXO III – SERVIÇOS ADICIONAIS**
- **ANEXO IV – MINUTA CONTRATUAL**

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente procedimento de credenciamento os interessados que estejam aptos ao objeto do presente Edital, e em condições de atender a todas as exigências deste Edital e Anexos.

3.2. Não poderá participar do credenciamento a empresa:

3.2.1. Que esteja suspensa de licitar ou contratar com o Sesc em Minas, enquanto perdurar a suspensão.

- 3.2.2. Que se encontrem em situação de falência, concurso de credores, dissolução e liquidação.
- 3.2.3. Que esteja reunida em consórcio e/ou seja controladora, coligada ou subsidiária de qualquer outra empresa participante deste credenciamento;
- 3.2.4. Cuja gestão seja desenvolvida por menor, exceto se este for apenas sócio sem a atribuição de gestor, cujas cotas estejam integralizadas.
- 3.3. A proponente arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua documentação, independente do resultado do procedimento.
- 3.4. A participação no procedimento implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS OU IMPUGNAÇÕES

- 4.1. Quaisquer pedidos de esclarecimentos ou impugnações relativos ao presente Edital e Anexos, deverão ser devidamente identificados (Nome empresarial, CNPJ, telefone, e-mail) e protocolados na Comissão de Credenciamento do Sesc em Minas, localizada na Rua dos Tupinambás, nº 956, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.120-906 ou encaminhados por e-mail (comissaodecredenciamento@sescmg.com.br)
- 4.2. Não serão atendidas solicitações verbais ou por telefone.
- 4.3. A Comissão de Credenciamento não se responsabilizará por e-mail que, por qualquer motivo, não for recebido, bem como correspondências que não forem recebidas dentro do prazo.
- 4.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e julgamento das impugnações serão publicadas no site do Sesc em Minas e integram o Edital e Anexos.
- 4.5. O prazo inicialmente estabelecido de início do Credenciamento será alterado se a(s) decisão(ões) do(s) esclarecimento(s) e impugnação(ões) afetar(arem) os documentos referentes a solicitação de credenciamento.

5. RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

- 5.1. **FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO:** A documentação para solicitação de credenciamento deverá ser apresentada por e-mail, contendo no título **DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO Nº 0006/2025**.
- 5.1.1. Os documentos deverão ser enviados em formato PDF, não editável, para comissaodecredenciamento@sescmg.com.br.

6. SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

- 6.1. Para se credenciar, o proponente deverá apresentar a seguinte documentação:
 - 6.1.1. Solicitação de Credenciamento, conforme Anexo II.
 - 6.1.2. Informação de serviços adicionais, conforme Anexo III.

6.1.3. Prova de registro no órgão competente, no caso de empresário individual **ou** Cópia simples do Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente **ou** Cópia simples do Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.

6.1.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

6.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da pessoa jurídica, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

6.1.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e encargos sociais instituídos por Lei.

6.1.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.

6.1.8. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS), no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

6.1.9. Comprovação de fornecimento de vale refeição/alimentação para empresas com no mínimo 1200 funcionários, por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

6.1.9.1. Os atestados deverão conter:

- I. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax);
- II. Local e data de emissão;
- III. Nome, cargo, telefone, fax, e-mail e assinatura do responsável pela veracidade das informações;
- IV. Declaração, do emitente de cada atestado, de que a prestação de serviços ocorreu, no mínimo, de forma satisfatória.

6.1.10. Comprovação de aceitação nacional do benefício em conformidade com o princípio da interoperabilidade previsto no Decreto nº 12.712/2025, garantindo que os cartões sejam aceitos em qualquer estabelecimento habilitado para transações de alimentação e refeição, independentemente da bandeira ou arranjo. Essa comprovação poderá ocorrer por meio de:

- a) Rede credenciada própria ou parceira, apresentando, por meio de relatório, quantitativos mínimos preferenciais de 6.500 pontos para refeição e 4.500 pontos para alimentação, incluindo estabelecimentos em Minas Gerais e demais capitais brasileiras; ou
- b) Declaração formal de integração com bandeiras e adquirentes que assegurem aceitação nacional via arranjo aberto, conforme previsto no Decreto nº 12.712/2025, acompanhada de evidências contratuais ou técnicas que demonstrem interoperabilidade, podendo ser apresentado cronograma formal, conforme previsto no item 6.1.14.

6.1.10.1. Para empresas que operam com rede credenciada própria ou parceira, apresentar relação nominal dos estabelecimentos por município, com endereço completo, CNPJ e indicação das modalidades atendidas (alimentação e/ou refeição).

6.1.10.2. Para empresas que operam com arranjo aberto, apresentar documentação que comprove a aceitação nacional (ex.: contrato com bandeira Visa, Mastercard, Elo ou equivalente), além de relatório

indicativo de cobertura por UF ou regiões, dispensando a relação nominal dos estabelecimentos, considerando que a manutenção da rede é responsabilidade das bandeiras e adquirentes.

6.1.10.3. Em ambos os casos, a credenciada deverá garantir conformidade com as normas do Programa de Alimentação do Trabalhador (Lei nº 6.321/1976), Decreto nº 10.854/2021 e Decreto nº 12.712/2025, assegurando interoperabilidade, ampla aceitação e proibição de práticas abusivas.

6.1.11. Comprovação de capacidade de atendimento em Belo Horizonte e Região Metropolitana, apresentando a presença em supermercados de grande porte. Como parâmetro técnico para análise, recomenda-se a indicação de pelo menos 6 (seis) estabelecimentos de grande porte, podendo ser comprovada por:

Rede credenciada própria ou parceira; ou

Declaração formal de integração com bandeiras e adquirentes que assegurem aceitação nacional via arranjo aberto, conforme Decreto nº 12.712/2025, acompanhada de evidências contratuais ou técnicas (ex.: contrato com bandeira Visa/Mastercard/Elo, homologação com adquirentes).

6.1.12. Comprovação de rede credenciada no interior de Minas Gerais, com a quantidade mínima de estabelecimentos por município, conforme especificado no quadro a seguir, com especial atenção às localidades onde o Sesc em Minas mantém unidades operacionais, de forma a garantir ampla cobertura e acesso ao benefício por parte dos empregados:

QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS POR CIDADE			
Item	Cidade	REFEIÇÃO Estabelecimentos (Qtde)	ALIMENTAÇÃO Estabelecimentos (Qtde)
1	Belo Horizonte	2780	3190
2	Capitais brasileiras	300	N/A
3	Governador Valadares	95	78
4	Uberlândia	431	188
5	Uberaba	222	46
6	Montes Claros	223	26
7	Contagem	651	490
8	Betim	207	101
9	Juiz de Fora	360	84

10	Almenara	22	4
11	Araxá	115	40
12	Paracatu	49	25
13	Januária	8	4
14	Ouro Preto	129	33
15	Santa Luzia	193	102
16	Sete Lagoas	144	43
17	Poços de Caldas	135	85
18	Teófilo Otoni	56	11
19	Lavras	65	42
20	Patos de Minas	86	24
21	São Lourenço	26	13
22	Santos Dumont	26	7
23	Ituiutaba	21	17
24	Pouso Alegre	58	39
25	Varginha	100	45

6.1.12.1. Como critério técnico, recomenda-se apresentar quantitativos mínimos por município, conforme quadro indicativo acima, podendo ser atendido por:

- a) Rede credenciada própria ou parceira; ou
- b) Comprovação de aceitação nacional via arranjo aberto/interoperabilidade, conforme Decreto nº 12.712/2025, com evidências de cobertura regional (ex.: relatório indicativo por UF ou integração com adquirentes).

6.1.13. Comprovação para a opção refeição que a CREDENCIADA deverá manter preferencialmente, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de estabelecimentos credenciados que aceitam o cartão refeição nas praças de alimentação dos seguintes shoppings e espaço de convivência:

6.1.13.1. Shopping Cidade;

6.1.13.2. BH Shopping;

6.1.13.3. Diamond Mall;

- 6.1.13.4.** Minas Shopping;
- 6.1.13.5.** Pátio Savassi;
- 6.1.13.6.** Boulevard Shopping;
- 6.1.13.7.** Shopping Del Rey;
- 6.1.13.8.** Pampulha Mall;
- 6.1.13.9.** Itaú Power Shopping;
- 6.1.13.10.** Big Shopping;
- 6.1.13.11.** Shopping Contagem;
- 6.1.13.12.** Shopping Estação;
- 6.1.13.13.** Shopping Partage (Betim);
- 6.1.13.14.** Betim Shopping (Betim);
- 6.1.13.15.** Center e Uberlândia (Uberlândia);
- 6.1.13.16.** GV Shopping (Governador Valadares);
- 6.1.13.17.** Via Café Shopping Center (Varginha);
- 6.1.13.18.** Shopping Uberaba (Uberaba);
- 6.1.13.19.** Praça Uberaba Shopping;
- 6.1.13.20.** Shopping Partage (Poços de Caldas);
- 6.1.13.21.** Shopping Independência (Juiz de Fora);
- 6.1.13.22.** Shopping Jardim Norte (Juiz de Fora);
- 6.1.13.23.** Shopping Center (Montes Claros);
- 6.1.13.24.** Shopping Ibituruna (Montes Claros);
- 6.1.13.25.** Shopping Sete Lagoas (Sete Lagoas).
- 6.1.13.26.** A comprovação poderá ocorrer por;

a) Rede credenciada própria ou parceira, mediante apresentação de relação nominal dos estabelecimentos que atendem à modalidade refeição; ou

b) Integração com arranjo aberto, mediante apresentação de documentação que comprove aceitação nacional (ex.: contrato ou carta de intenção com bandeiras Visa, Mastercard, Elo ou equivalente).

6.1.14. Nos casos em que não houver apresentação das evidências técnicas solicitadas nos itens e subitens do tópico 6 deste Edital, no que tange à interoperabilidade, a credenciada deverá apresentar cronograma formal de implementação, demonstrando as etapas necessárias para garantir a conformidade com o princípio da interoperabilidade previsto no Decreto nº 12.712/2025, observando o prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias estabelecido pela norma. O cronograma deverá conter datas, marcos de entrega e responsáveis, sendo parte integrante do contrato. O descumprimento do cronograma apresentado, seja por atraso injustificado ou não implementação das medidas previstas, configurará inadimplemento contratual, sujeitando a credenciada às penalidades previstas na minuta contratual, incluindo advertência, aplicação de

multa e possibilidade de suspensão ou rescisão do contrato por iniciativa da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

6.2. A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal poderá ser efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e Dívida Ativa da União por elas administradas.

6.3. A prova de inexistência de débitos se fará mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

6.4. A Solicitação de Credenciamento deve conter todas as informações contidas no modelo disponibilizado, devidamente assinada pelo seu representante legal e preferencialmente em papel timbrado da empresa.

6.5. As cópias dos documentos apresentados pelos interessados deverão ser apresentadas legíveis.

6.6. A Comissão de Credenciamento do Sesc em Minas poderá solicitar à empresa a apresentação dos originais para fins de verificação da autenticidade das cópias apresentadas, definindo prazo para tal providência.

6.7. A documentação deverá estar válida na data do protocolo de entrega no Sesc em Minas. Quando o prazo de validade não constar no documento, este será considerado como sendo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da expedição do documento.

6.8. A ausência de documento(s) ou a apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Edital levará ao não credenciamento do proponente.

6.9. Todos que atenderem as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos serão credenciados para execução do objeto.

6.10. As empresas deverão estar com a documentação exigida neste Edital em vigor ao longo de todo o período do credenciamento.

6.11. O credenciamento desenvolver-se-á, conforme sequência descrita a seguir:

6.11.1. Solicitação de credenciamento via e-mail.

6.12. Análise dos requisitos exigidos no Edital pela Comissão de Credenciamento.

6.12.1. Poderão ser solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação que se façam necessárias. A credenciada terá 2 (dois) úteis para responder a solicitação, sob pena de ser considerada “inapta” para se credenciar.

6.12.2. As solicitações de esclarecimentos, retificações e complementações serão enviadas para o e-mail de contato descrito no documento “solicitação de credenciamento” e poderão ser respondidas também por e-mail.

6.13. Caso a solicitação de credenciamento seja indeferida pela Comissão, o interessado poderá reiterar o pedido de credenciamento quando atender aos requisitos deste Edital e Anexos.

7. RESULTADO

7.1. O resultado do Credenciamento será publicado no site do Sesc em Minas, www.sescmg.com.br.

7.2. O resultado da Votação para escolha do Credenciado será publicado no site do Sesc em Minas, www.sescmg.com.br.

8. RECURSOS

8.1. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à avaliação da documentação, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da publicação do resultado. O recurso poderá ser protocolado pessoalmente na Comissão de Credenciamento, devendo ser por escrito, assinado pelo representante legal da empresa ou encaminhado via e-mail no endereço eletrônico: comissaodecredenciamento@sescmg.com.br.

8.2. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato da solicitação de credenciamento, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso.

8.3. Não serão aceitos, para análise, os recursos que chegarem fora do prazo previsto acima.

8.4. Os autos do processo permanecerão com vista aos interessados, na sala da Comissão de Credenciamento, mediante agendamento prévio.

8.5. O recurso não tem efeito suspensivo, inclusive para fins de sorteios.

8.5.1. As empresas consideradas aptas, poderão participar dos sorteios, eventualmente agendados, no decorrer da fase recursal, desde que seja o início de um novo ciclo.

8.5.2. As empresas consideradas inaptas não participarão dos sorteios, eventualmente agendados, no decorrer da fase recursal.

8.6. Os recursos serão julgados pela autoridade competente ou por quem está delegar competência.

8.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.8. Não serão admitidos mais de um recurso do interessado versando sobre o mesmo motivo de contestação.

8.9. A interposição de recurso por um ou mais interessados não prejudica o credenciamento dos demais.

8.10. Os resultados dos recursos interpostos serão divulgados através do site www.sescmg.com.br.

9. CREDENCIAMENTO

9.1. Expirado o prazo recursal sem manifestação ou julgado o recurso eventualmente interposto, a Comissão de Credenciamento divulgará o resultado, no site do Sesc em Minas, através da lista de credenciados.

9.2. Os interessados somente estarão credenciados a partir da publicação referida no subitem anterior.

9.3. A relação de credenciados publicada no site do Sesc em Minas será atualizada sempre que houver alterações referentes a credenciamento/descredenciamento de interessados.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Findo o procedimento de votação e seleção, a credenciada será convocada para assinar o contrato, conforme Anexo IV – Minuta Contratual.

10.1.1. A partir da convocação, o prazo para retirar e/ou assinar o instrumento contratual será de até 05 (cinco) dias corridos.

10.2. O prazo de convocação para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Instituição.

10.3. Se a credenciada não cumprir com o prazo para assinatura e/ou retirada do instrumento, ou ainda, recusar-se a assiná-lo ou recebê-lo, a Comissão de Credenciamento poderá promover o descredenciamento da empresa.

10.4. Havendo fixação de obrigações preliminares à assinatura do instrumento contratual, dispostas no Anexos deste Edital, o não cumprimento importará no descredenciamento da empresa.

11. DESCRENCIAMENTO

11.1. As credenciadas poderão solicitar o seu descredenciamento, a qualquer tempo, durante a vigência do credenciamento, através de requerimento formal assinado por representante legal da empresa credenciada, direcionado a Comissão de Credenciamento, sendo que as demandas já aceitas e/ou contratadas deverão ser cumpridas em sua totalidade, independente da solicitação de descredenciamento.

11.2. As empresas que solicitarem o descredenciamento somente poderão solicitar novo credenciamento após 06 (seis) meses contados da efetivação do descredenciamento.

11.3. O Sesc poderá realizar o descredenciamento de empresas que descumpram as exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, durante a vigência do credenciamento.

11.3.1. A empresa será notificada da intenção de descredenciamento e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa.

11.3.2. O descredenciamento somente será efetivado após a inércia de defesa e/ou julgamento da motivação apresentada.

11.3.3. O resultado da decisão de descredenciamento será publicado no site do Sesc em Minas.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. É vedado aos solicitantes descumprir as normas do edital e seus anexos, considerando-se como descumprimento, dentre outras, as seguintes condutas:

I – Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação, conluio ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto;

II – Apresentar documentação falsa ou recusar-se, injustificadamente, a apresentar documentos que lhe sejam solicitados, dentro do prazo cabível;

III – Ensejar o retardamento da execução do objeto;

IV – Não manter a proposta apresentada.

12.2. Aos licitantes que incorrerem nas condutas previstas no subitem 12.1, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I – Multa de até 25% do valor do contrato ou da licitação, quando inexistente o contrato;

II – Suspensão temporária de licitar ou contratar com o Sesc em Minas, por prazo não superior a 03 (três) anos;

III – Descredenciamento

12.3. A aplicação das penalidades descritas nos incisos I a III, do item 13.2, não é gradativa, de modo que a aplicação de uma penalidade mais grave independe da anterior aplicação de penalidade mais leve. As penalidades poderão ser aplicadas individual ou cumulativamente, sem prejuízo de posterior medida judicial ou administrativa que objetive o ressarcimento dos danos sofridos pelo Sesc em Minas. A penalidade aplicável será verificada em cada caso, a partir de ponderação que levará em conta fatores como a proporção dos prejuízos causados ao Sesc em Minas ou à competitividade e lisura do procedimento, a gravidade da infração cometida, a natureza e motivação da conduta do processado, o caráter pedagógico, a observância do dever de cooperação e boa-fé, e o histórico de atuação do processado junto da instituição.

12.4. A inscrição no Cadastro de Fornecedores Suspensos de Licitar e Contratar com o Sesc em Minas – CFS implicará em:

I – Exclusão sumária de processo licitatório/credenciamento em curso de que eventualmente esteja participando;

II – Proibição de participar de processos de licitação ou contratação junto ao Sesc em Minas enquanto perdurar a suspensão aplicada;

III – Proibição de firmar novos contratos com o Sesc em Minas enquanto perdurar a suspensão aplicada;

IV – Possibilidade de rescisão unilateral dos contratos vigentes com a instituição.

12.5. As hipóteses previstas neste item ensejarão impedimento do direito de licitar e terão abrangência nacional, por prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos.

12.5.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.5.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.5.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.5.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13. CANCELAMENTO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

13.1. O presente Edital poderá ser cancelado por razões de interesse do Sesc em Minas, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar seu cancelamento, sem que disso decorra qualquer direito a indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A apresentação da Solicitação de Credenciamento implica na aceitação tácita e irrestrita de todas as condições estabelecidas no presente Edital e Anexos.

14.2. É facultada a Comissão de Credenciamento em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.3. O Sesc em Minas reserva-se no direito de efetuar diligências junto aos emitentes ou declarantes dos documentos com a finalidade de elucidação de dúvidas ou comprovação de sua autenticidade.

14.4. A Comissão de Credenciamento poderá suprir a eventual omissão ou falha de documentos, mediante consulta via internet em sites oficiais que emitam certidões online, reconhecendo-lhe os efeitos para fins de habilitação, quando possível.

14.5. Não serão aceitos protocolos de entrega e/ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos neste presente edital.

14.6. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

14.7. Não serão credenciadas as empresas participantes deste procedimento que deixarem de prestar informações complementares, quando solicitadas, ou que não atenderem positivamente a diligência realizada.

14.8. Quaisquer questões decorrentes deste procedimento serão resolvidas de acordo com a legislação vigente aplicável à espécie.

14.9. Nenhuma indenização será devida às empresas participantes pela simples apresentação de documentações relativas ao presente Edital e Anexos.

14.10. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem prazos em dia de funcionamento do Sesc em Minas.

14.11. A inobservância, em qualquer fase do processo de credenciamento, por parte do interessado, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando seu não credenciamento.

14.12. A inexatidão de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de eliminação do interessado do processo de credenciamento, anulando-se a solicitação de credenciamento, bem como todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

14.13. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Credenciamento e Autoridade Competente.

14.14. Durante a vigência do presente credenciamento, ele pode sofrer alterações mediante errata e/ou documento equivalente, devendo os já credenciados, quando da alteração, ratificarem, por qualquer meio idôneo, o interesse na permanência como credenciado.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2025

Daniela Cristina Alves de Faria da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Credenciamento do Sesc em Minas

Letícia Juliana da Mata Ribeiro

Analista de Suprimentos